Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 6685/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/4153/2018
PROTOCOLO	: 1898378
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS - PROVENTOS INTEGRAIS - REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame, o ato concessão de **Aposentadoria Voluntária** concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul ao Servidor **Paulo Cesar de Oliveira**, inscrito no CPF sob o n.º 390.189.701-15, titular efetivo do Cargo de Agente de Polícia Judiciária.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à análise dos documentos que compõem o feito, a equipe técnica **"ANA – DFAPP - 2691/2020" fls. 46-47**, e o Representante do Ministério Público de Contas **"PAR - 4ª PRC - 3771/2020" fls. 48-49**, manifestaram pelo **registro** do Benefício Previdenciário (aposentadoria), à medida que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruídos os autos, passa-se ao exame do mérito.

Compulsando-se os autos e os documentos que o instruem, verifica-se, que o benefício – Aposentadoria Voluntária – foi concedido em conformidade com a

legislação pertinente, sendo que o servidor preencheu todos os requisitos necessários à concessão do ato.

Os proventos a perceber na inatividade foram fixados integralmente, calculados conforme as normas constitucionais e legais, cujas parcelas estão corretamente discriminadas em Apostila de Proventos (fl. 42), com fulcro no § 1º, do art. 41, e, art. 78 da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, c/c § 1º do art. 147 da Lei Complementar n. 114, de 19 de dezembro de 2005, c/c art. 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar Federal n. 51, de 20 de dezembro de 1985 com redação dada pela Lei Complementar n. 144, de 15 de maio de 2014, atos que conduzem ao registro da aposentadoria.

Mediante ao exposto, **DECIDO** nos seguintes termos:

I – Pelo **REGISTRO** da **Aposentadoria Voluntária**, concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul ao Servidor **Paulo Cesar de Oliveira**, inscrito no CPF sob o n.º 390.189.701-15, conforme Portaria "P" AGEPREV n. 275/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 9.600, de 22 de fevereiro de 2018, págs. 27 e 28, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n° 160/2012;

II – Pela **REMESSA** dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012, e, encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 10 de setembro de 2020.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

GLX